



Demonstrações Financeiras 2025

EZ TEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 08.312.229/0001-73

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Após a divulgação dos resultados trimestrais intermediários, apresentamos a visão consolidada do exercício de 2025. O lucro líquido da Ectec atingiu R\$ 535 milhões no ano, um crescimento de 10,2%, sendo o maior lucro líquido dos últimos 10 anos. Com receita líquida anual de R\$ 1.498 milhões, a margem bruta alcançou 41,7%, avanço de 7,6 p.p., enquanto a margem líquida cresceu 9,8 p.p., atingindo 35,7%. Ambos os indicadores registraram os melhores patamares dos últimos três anos. Essa evolução reflete uma combinação de escala operacional, disciplina financeira e decisões estratégicas assertivas. O ano de 2025 marcou também como o exercício com o maior volume de obras entregues na história da Companhia. Foram aproximadamente R\$ 2,6 bilhões em Valor Geral de Vendas (VGV) distribuídos em oito projetos: Dream View Sky Resort, PIN Osasco, Unique Green – Tourmaline, Unique Green – Emerald, Expression & Exalt Ibirapuera, Haute & Hub Brooklin, Arkádio e Park Avenue. Do total entregue, 76% já estavam vendidos, o que exigiu uma operação robusta nas etapas de entrega de chaves, experiência do cliente e repasses bancários. Todas as obras foram concluídas dentro dos prazos contratuais, e parte delas ainda registrou economias que contribuíram positivamente para a margem bruta. No campo comercial, a Companhia direcionou esforços para acelerar o giro de ativos. O VGV lançado atingiu R\$ 2,4 bilhões, crescimento de 46,7% em relação a 2024 e superando o maior patamar histórico da Ectec. A velocidade de vendas também apresentou desempenho sólido: 53,3% das unidades lançadas foram comercializadas no próprio ano, totalizando R\$ 1,9 bilhão em vendas. Esses resultados refletem uma estratégia focada majoritariamente no segmento de média renda e no atendimento à demanda em cidades da Região Metropolitana de São Paulo. A Companhia ampliou sua alavancagem por meio da emissão de dois Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI): R\$ 375 milhões em fevereiro e R\$ 400 milhões em novembro de 2025, totalizando R\$ 775 milhões, com taxas entre 98% e 99,5% do CDI. Os recursos reforçaram o caixa e contribuíram para viabilizar novos empreendimentos. Essa decisão reforça

a estratégia da Ectec em otimizar sua estrutura de capital enquanto busca capturar oportunidades de alta relevância. O Retorno sobre Patrimônio Médio (ROAE) atingiu 10,9% em 2025, aumento de 2,3 p.p. em relação a 2024 e o segundo ano consecutivo de elevação. A melhoria contínua dos indicadores de rentabilidade reflete iniciativas focadas em eficiência operacional, ganho de escala, maior contribuição de projetos recentes e um modelo de negócios alinhado à natureza cíclica do setor, preservando a solidez financeira da Companhia. Encerramos o exercício com duas iniciativas relevantes: (i) o pagamento de dividendos que, em conjunto com os demais pagamentos em trimestres anteriores, resultaram na distribuição de 57% do lucro líquido do exercício e (ii) o aumento de capital por meio da capitalização das reservas de lucro. No total, foram distribuídos R\$ 339 milhões em dividendos em 2025. Adicionalmente, a capitalização de R\$ 1,4 bilhão realizada em dezembro resultou na emissão de aproximadamente 60 milhões de ações, elevando o total de ações emitidas para 281 milhões. Essas medidas reforçam o compromisso da Ectec com a disciplina de capital e com a criação de valor para nossos acionistas. Satisfeitos com mais um ano de avanços operacionais e financeiros, iniciamos 2026 focados em continuar crescendo com rentabilidade, solidez e qualidade. O próximo ano trará desafios relevantes, como o cumprimento do Guidance de lançamentos - entre R\$ 2,5 bilhões e R\$ 3,5 bilhões em VGV -, a conclusão de uma das torres do Ectech Towers e a locação de suas lajes em um ambiente marcado por juros ainda elevados, finais de semana comprometidos por feriados, copa do mundo e eleições presidenciais. Seguimos confiantes na capacidade da Ectec de enfrentar esses desafios enquanto avançamos na construção das estruturas necessárias para sustentar nosso próximo ciclo de expansão. Entre as iniciativas em andamento, destacamos-se o fortalecimento da força de vendas por meio da criação da nova imobiliária EZ Brokers e a ampliação física de nossa sede, que apoiará o crescimento operacional. No campo da governança, será submetida à próxima Assembleia uma proposta de reforma do Estatuto Social.

Essa atualização visa aprimorar práticas de governança e expandir o número de assentos no Conselho de Administração, permitindo uma estrutura mais adequada à representação das famílias controladoras e maior flexibilidade na organização da diretoria executiva. Com isso, buscamos fortalecer ainda mais a capacidade decisória da Companhia e prepará-la para capturar oportunidades estratégicas em um ambiente dinâmico. Mantemos nosso compromisso de entregar resultados sólidos, preservar nossa reputação construída ao longo de 46 anos e gerar valor para nossos acionistas, clientes e colaboradores.

A Arbitragem Em conformidade com o Artigo 37 do Estatuto Social da Ectec, a Companhia, seus acionistas e Administradores obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Relacionamento com os Auditores Independentes: Em conformidade com a Resolução CVM nº 162/22 informamos que os auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu não prestaram, em 2025, outros serviços que não os relacionados com auditoria externa, exceto com relação à prestação de serviço de emissão da carta conforme para emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, emitidos em novembro de 2025. A política da empresa em relação ao contrato de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024		
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.038	6.443	66.575	71.381	-	-	113.237	84.677	-
Aplicações financeiras	5	1.269.373	537.176	1.491.967	699.051	-	-	55.179	55.179	-
Contas a receber	6	-	-	439.254	434.949	12	35.558	1.281	35.558	1.281
Imóveis a comercializar	7	-	-	1.282.510	1.378.328	-	-	1.860	50.909	50.909
Tributos a compensar	8	-	-	9.624	8.930	-	-	5.165	4.616	10.278
Outros créditos		12.730	7.096	13.490	23.463	-	-	4.925	13.117	17.497
Total do ativo circulante		1.285.141	550.715	3.303.420	2.616.102					
Não circulante										
Contas a receber	6	-	-	1.288.193	1.318.621	11	-	-	495.540	751.632
Imóveis a comercializar	7	-	-	1.843.324	1.750.556	-	-	-	-	-
Tributos a compensar	8	59.550	42.783	60.800	44.336	-	-	1.827	1.860	50.909
Partes relacionadas	15	77.302	116.353	77.302	119.479	-	-	68.494	80.670	68.494
Outros créditos		81.475	82.673	62.809	64.193	-	-	36.421	52.586	36.421
Investimentos	9	4.650.707	4.368.802	511.945	514.136	-	-	3.453	3.757	3.453
Imobilizável	2.10	22.232	20.957	45.743	36.152	-	-	-	-	-
Intangível	2.10	3.101	2.959	3.101	2.959	-	-	-	-	-
Total do ativo não circulante		4.894.367	4.634.527	3.893.217	3.850.432					
Total do ativo		6.179.508	5.185.242	7.196.637	6.466.534					

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	113.237	84.677
Debêntures e Certificados de Recebíveis Imobiliários	12	35.558	1.281	35.558	1.281
Fornecedores	-	-	-	50.909	55.179
Obrigações trabalhistas	-	-	-	10.278	9.796
Obrigações fiscais	-	-	-	17.497	22.693
Contas a pagar	-	-	-	34	26.314
Provisão para garantia	2.12	-	-	16.210	12.294
Adiantamento de clientes	13	-	-	68.494	80.670
Terranos a pagar	-	-	-	36.421	52.586
Direitos de uso a pagar	-	-	-	3.453	3.757
Dividendos a pagar	17.f	-	-	30.079	30.079
Partes relacionadas	15	320	2.135	141	872
Provisão para perdas com investimentos	-	-	-	105	-
Tributos com recolhimento diferido	14.a	-	-	18.097	16.983
Total do passivo circulante		51.287	56.984	396.609	382.378
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	495.540	751.632
Debêntures e Certificados de Recebíveis Imobiliários	12	1.061.650	298.792	1.061.650	298.792
Terranos a pagar	-	-	-	28.027	59.494
Direitos de uso a pagar	-	-	-	17.287	19.235
Provisão para garantia	2.12	-	-	3.830	9.082
Provisão para riscos e processos judiciais	16	4.486	5.893	6.469	8.849
Tributos com recolhimento diferido	14.a	14.252	-	67.328	53.558
Outros débitos com terceiros	-	-	-	-	388
Total do passivo não circulante		1.097.675	323.920	1.680.131	1.201.030
Patrimônio líquido					
Capital social	17.a	4.301.053	2.888.997	4.301.053	2.888.997
(-) Custo com emissão de ações da Companhia	17.a	(40.754)	(40.754)	(40.754)	(40.754)
(-) Ações em Tesouraria	17.a	(45.181)	(45.181)	(45.181)	(45.181)
Reservas de capital	17.b	38.297	38.297	38.297	38.297
Ágio em transações com sócios	17.c	(55.827)	(55.827)	(55.827)	(55.827)
Reservas de lucros	17.d, 17.e, 17.f	832.958	2.018.806	832.958	2.018.806
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		5.030.546	4.804.338	5.030.546	4.804.338
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		-	-	89.351	78.788
Total do passivo e patrimônio líquido		6.179.508	5.185.242	7.196.637	6.466.534

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucros acumulados	404.605	404.605	428.718	428.718
Acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	24.113	24.113	4.562	4.562
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores e não controladores	428.718	428.718	433.280	433.280

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Reserva legal		Reserva de expansão		Lucros acumulados		Patrimônio líquido dos acionistas controladores		Acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		Patrimônio líquido consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldos em 31 de dezembro de 2023		2.888.997	(40.754)	(45.181)	38.297	(55.827)	253.290	1.607.005	404.605	404.605	4.645.827	59.237	4.705.064	4.705.064	4.705.064
Lucro líquido do exercício	17.f	-	-	-	-	-	-	404.605	-	404.605	-	24.113	428.718	428.718	
Operações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.562	4.562	4.562	
Destinação do resultado do exercício:															
Reserva legal	17.f	-	-	-	-	-	20.230	(20.230)	-	-	-	-	-	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	17.f	-	-	-	-	-	-	(30.079)	(30.079)	-	-	(30.079)	-	-	
Dividendos intermediários pagos alocados aos dividendos mínimos obrigatórios	17.f	-	-	-	-	-	-	(66.015)	(66.015)	-	-	(66.015)	-	-	
Dividendos extraordinários	17.f	-	-	-	-	-	-	(150.000)	(150.000)	-	-	(150.000)	-	-	
Reserva de expansão	17.e / 17.f	-	-	-	-	-	-	288.281	(288.281)	-	-	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2024		2.888.997	(40.754)	(45.181)	38.297	(55.827)	273.520	1.745.286	404.605	404.605	4.804.338	78.788	4.883.126	4.883.126	
Aumento de capital	17.a	1.412.056	-	-	-	-	(1.412.056)	-	-	-	-	-	-	-	
Lucro líquido do exercício	17.f	-	-	-	-	-	-	535.012	535.012	-	-	12.583	547.595	547.595	
Operações com acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.020)	(2.020)	(2.020)	
Destinação do resultado do exercício:															
Reserva legal	17.f	-	-	-	-	-	26.751	(26.751)	-	-	-	-	-	-	
Dividendos pagos alocados aos dividendos do exercício	17.f	-	-	-	-	-	-	(286.455)	(286.455)	-	-	(308.804)	-	(308.804)	
Reserva de expansão	17.e / 17.f	-	-	-	-	-	-	485.912	(485.912)	-	-	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2025		4.301.053	(40.754)	(45.181)	38.297	(55.827)	300.271	532.687	535.012	535.012	5.030.546	89.351	5.119.897	5.119.897	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado		Valor adicionado total a distribuir	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024		
Receitas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024					
Faixas de imóveis e prestações de serviços	-	-	1.533.040	1.595.480					
Outras receitas	65.629	13.495	69.840	14.385					
Total	65.629	13.495	1.602.880	1.609.865	698.691	495.573	867.861	677.923	677.923
Insumos adquiridos de terceiros (incluindo os valores dos tributos - ICMS, IPI, PIS e Cofins):									
Custo dos imóveis e dos serviços vendidos	-	-	(873.665)	(1.027.729)					
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(36.943)	(39.401)	(130.878)	(117.132)					
Outros	(4.772)	(4.630)	(20.970)	(14.205)					
Total	(41.715)	(44.031)	(1.025.513)	(1.159.066)					
Valor (consumido) adicionado bruto	23.914	(30.536)	577.367	450.799					
Depreciações e amortizações	(13.507)	(6.713)	(20.890)	(29.206)					
Valor (consumido) adicionado líquido produzido pela companhia	10.407	(37.249)							

EZ TEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS
CNPJ nº 08.312.229/0001-73

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

(i) Debêntures: Em Reunião do Conselho de administração de 6 de maio de 2022, foi aprovada a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, para distribuição pública, com esforços realizados nos termos da Resolução CVM nº 160/22. Foram emitidas 300.000 debêntures em série única a R\$ 4,20, totalizando um montante de R\$300.000, não conversíveis, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescidas de taxa de 1,3% ao ano, com vencimento para maio de 2025. Em Reunião do Conselho de administração realizada em 16 de junho de 2024, foi aprovada a realização do resgate antecipado facultativo destas debêntures, com o consequente cancelamento destes instrumentos, o valor pago com juros até a liquidação foi de R\$304.292. Em Reunião do Conselho de administração de 6 de junho de 2024, foi aprovada a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em série única, para distribuição pública, com esforços realizados nos termos da Resolução CVM nº 160/22, conforme abaixo: • Quantidade: 300.000 (trezentas mil), em série única (1.000,00 Reais cada); • Conversibilidade: As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia e nem permutáveis em ações de outra sociedade; • Espécie e Garantias: As Debêntures serão da espécie quirográfrica, sem qualquer tipo de garantia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; • Vencimento final: 12 de junho de 2028 (48 meses a contar da data de emissão) - Pagamento de 50% do valor principal em 12 de junho de 2027 e 50% do valor principal no vencimento final e pagamento dos juros semestrais das debêntures; As Debêntures farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra-grupo, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida de taxa de 0,85% ao ano (variação do CDI + 0,85% a.a.); (ii) **Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI (referentes a duas emissões em 2025):** Primeira emissão: Em Reunião do Conselho de administração de 21 de janeiro de 2025, foi aprovada a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em duas séries, para colocação privada, com emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, por meio de oferta pública via procedimento de "Bookbuilding", prospecto de emissão, escritura e termo de securitização. Estes títulos foram emitidos em 12 de fevereiro de 2025, sendo o efeito de entrada no balanço da Companhia em 18 de fevereiro de 2025. • Quantidade: 375.000 (trezentos e setenta e cinco mil), sendo (1.000,00 Reais cada), em duas séries; • Conversibilidade: Não conversíveis em ações de emissão da Companhia e nem permutáveis em ações de outra sociedade; • Espécie e Garantias: Títulos e valores mobiliários nominativos e escriturais, sem qualquer tipo de garantia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; • Vencimento final: Os Certificados de Recebíveis Imobiliários têm prazo de vencimento final em fevereiro de 2029; • Juros remuneratórios: 98% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela B3 (98% do CDI), pagos semestralmente; • Estes certificados não estão atrelados diretamente com saldos de carteira imobiliária ou contas a receber de clientes dos empreendimentos da Companhia. Segunda emissão: Em Reunião do Conselho de administração de 09 de outubro de 2025, foi aprovada a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, em duas séries, para colocação privada, com emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI, por meio de oferta pública via procedimento de "Bookbuilding", prospecto de emissão, escritura e termo de securitização. Estes títulos foram emitidos em 12 de novembro de 2025, no valor total bruto de R\$400.000. • Quantidade: 400.000 (quatrocentos mil), sendo (1.000,00 Reais cada), em duas séries (176.714 e 223.286, respectivamente); • Conversibilidade: Não conversíveis em ações de emissão da Companhia e nem permutáveis em ações de outra sociedade; • Espécie e Garantias: Títulos e valores mobiliários nominativos e escriturais, sem qualquer tipo de garantia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; • Vencimento final: Os Certificados de Recebíveis Imobiliários têm prazo de vencimento em novembro de 2030 (primeira série) e novembro de 2031 (segunda série); • Juros remuneratórios: 98% (primeira série) e 99,5% (segunda série) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada pela B3; • Estes certificados não estão atrelados diretamente com saldos de carteira imobiliária ou contas a receber de clientes dos empreendimentos da Companhia, e os juros serão pagos nos termos das atividades operacionais da Companhia; • As cláusulas de "covenants" e cláusulas de índices financeiros se mantêm as mesmas das operações já existentes. Os índices financeiros nas cláusulas de "Covenants" e adimplência da Companhia nos requisitos das debêntures e Certificados de Recebíveis Imobiliários são demonstradas abaixo, calculados trimestralmente:

	Limite	Resultado
a) (Divida Líquida + Imóveis a Pagar) Patrimônio Líquido	<=0,80	(0,08)
b) Recebíveis + Receita a apropriar + Estoques	>=1,500<=0	13,83

• Adicionalmente, estas operações possuem outras cláusulas de vencimento antecipado "Covenants" automáticos e não automáticos, sendo principalmente: i. Inadimplimento, invalidade, nulidade, questionamento judicial, pela Devedora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures/ Certificados de Recebíveis Imobiliários; ii. (a) liquidação, dissolução ou extinção da Devedora; (b) decretação de falência da Devedora e/ou de qualquer Controlada Relevante da Devedora; (c) pedido de autotutela formulado pela Devedora e/ou por qualquer Controlada Relevante da Devedora; (d) pedido de falência da Devedora e/ou de qualquer Controlada Relevante da Devedora, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Devedora e/ou de qualquer Controlada Relevante da Devedora; (f) a Devedora deixar de ter o registro de companhia aberta na CVM; iii. cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Devedora, ocorrência de alienação e/ou qualquer tipo de transferência do controle acionário da Devedora, transformação da forma societária da Devedora de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações; iv. Inadimplimento, protesto, em quaisquer dívidas e/ou obrigações financeiras da Devedora e/ou suas Controladas e/ou de qualquer entidade individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 300.000,000 (trinta milhões de reais); v. redução do capital social da Devedora, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, exceto para (a) absorção de prejuízos ou (b) distribuição de recursos aos acionistas da Devedora, até o limite de R\$ 1.000.000,000,00 (um bilhão de reais), sendo, na hipótese deste item "b)" desde que mantido caixa mínimo de 400.000,000,00 (quatrocentos milhões reais) no balanço da Devedora, conforme apurado nas últimas informações contábeis divulgadas pela Devedora; vi. inclusão da Devedora e/ou de qualquer Controlada Relevante em qualquer tipo de lista de empresas que não cumpram as regras de caráter social e ambiental; vii. alteração do objeto social da Devedora, conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão, exceto se tal alteração não resultar em alteração da atual atividade principal da Devedora; viii. inadimplimento de qualquer decisão judicial ou administrativa exequível, contra a Devedora e/ou suas Controladas, não sanada em 30 (trinta) dias, e que possa causar um Efeito Adverso Relevante à Devedora; ix. desapropriação por qualquer autoridade governamental, causada por ação ou omissão da Devedora e/ou Controladas, que resulte na perda efetiva, pela Devedora e/ou pelas Controladas, da propriedade e/ou do uso direta ou indireta de seus ativos que representem, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Devedora, conforme apurado nas últimas informações contábeis divulgadas pela Devedora, ou R\$ 200.000,000,00 (duzentos milhões de reais). A Companhia está adimplente em todos os aspectos e cláusulas destes contratos.

13. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$68.494 (R\$80.670 em 31 de dezembro de 2024) nas informações financeiras consolidadas representa os valores recebidos de clientes em excesso à evolução financeira dos empreendimentos e recebimentos de clientes em empreendimentos não reconhecidos contabilmente (empreendimentos em momento de cláusulas suspensivas, a serem reconhecidos a posteriori).

14. TRIBUTOS COM RECOLHIMENTO DIFERIDO

(a) Composição dos saldos registrados nos passivos circulantes e não circulantes:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ diferido	33.291	22.117
CSLL diferido	15.561	11.458
PIS e COFINS diferidos	36.573	36.966
	85.425	70.541
Circulante	18.247	18.247
Não circulante	67.328	53.588

Os montantes classificados como não circulante serão realizados a partir de janeiro de 2027 e estão consistentes com a segregação das contas a receber.

(b) **Reconciliação do IRPJ e da CSLL - correntes e diferidos:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	549.254	404.582	601.586	466.419
Alíquota - 34%	(186.750)	(137.558)	(204.539)	(157.582)
Efeito sobre exclusões (equivalência patrimonial)	188.097	154.867	21.670	26.999
Efeito sobre adições	(3.389)	(2.793)	(3.968)	(3.476)
Efeito do resultado de controladas tributadas pelo lucro presumido/ Regime Especial de Tributação	-	-	144.307	111.850
Crédito fiscal não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	(12.210)	(14.493)	(11.461)	(14.492)
Total dos impostos	(14.252)	23	(53.991)	(37.701)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(38.826)	(26.505)
Imposto de renda e contribuição social com recolhimentos diferidos	(14.252)	23	(15.165)	(11.196)
Taxa efetiva	(2,59%)	-	(8,97%)	(8,08%)

(*) A controladora optou pelo sistema de apuração pelo lucro real e não registra os créditos tributários, registrando-os apenas quando da expectativa e realização de resultados tributáveis futuros.

15. PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo não circulante:				
Conv Empreendimentos Imobiliários Ltda. (d)	11.685	10.986	11.685	10.986
Banco de Projetos Imobiliários Ltda. (e)	68	11.359	51	14.463
Construtora Adolpho Lindenberg S.A. (f)	-	94.008	-	94.008
CISA 57 Incorporadora Ltda. (g)	65.549	-	65.549	-
Total	77.302	116.353	77.302	119.479
Passivo circulante (*):				
Ibiúna Incorporadora Ltda.	-	300	-	-
Monza Incorporadora Ltda.	100	320	-	-
VIP Intermediação Imob. Ltda.	65	65	-	-
Outros	35	1.450	141	872
Total	200	2.135	141	872

(*) Representa saldos entre as controladas e controladora sem a incidência de encargos financeiros. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, além das operações mencionadas, a Companhia efetuou ou mantém as seguintes operações: **a)** Contrato de aluguel com o acionista controlador, para o imóvel onde se situa parte de suas instalações, sendo o custo mensal de R\$296 em 31 de dezembro de 2025 (R\$296 em 31 de dezembro de 2024), reajustado anualmente pela variação positiva do IGP-DI-FGV. O prazo de locação é de cinco anos, e há multa no caso de rescisão correspondente ao valor de três meses de aluguel. As condições e valores de mercado são os mesmos que praticaria com terceiros; **b)** Redução de capital a receber de controladas que totalizam R\$48.424 em 31 de dezembro de 2025 (R\$39.188 em 31 de dezembro de 2024), registrada em "Outros créditos" na controladora; **c)** Compra de imóveis por administrador em sociedade controlada por R\$12.110, em junho de 2023, a valor semelhante ao de mercado. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2025 é de R\$13.311; **d)** Valor a receber de parceiro no negócio referente a venda de 50% da participação societária na sociedade Belo Vale Incorporadora Ltda, em agosto de 2024, a ser recebido de acordo com os fluxos de caixa do empreendimento imobiliário, projetado para o longo prazo, o saldo está atualizado em 08/24; **e)** Contratos de mútuo com o parceiro Banco de Projetos Imobiliários Ltda (BPB) para operacionalização de projetos no segmento econômico, que possuem juros de 10% a.a. + IPCA, com os vencimentos atrelados a construção e entrega dos empreendimentos imobiliários. Em janeiro de 2025 parte do saldo foi liquidado com a transferência de participação societária de 55% da sociedade Projeto Itatia Incorporadora Ltda no valor de R\$11.391 e o restante liquidado em moeda corrente nacional; **f)** Saldo referente a transações de contrato de mútuo e operações de crédito via emissão de debêntures privadas com a construtora Adolpho Lindenberg S.A. Do valor total, o montante de R\$74.112 refere-se a: **a)** Caixa e equivalentes de administração da controladora e do Projeto Imobiliário Ltda (BPB) para operacionalização de projetos no segmento econômico, que possuem juros de 10% a.a. + IPCA, com os vencimentos atrelados a construção e entrega dos empreendimentos imobiliários. Em janeiro de 2025 parte do saldo foi liquidado com a conversão da dívida em capital na construtora Adolpho Lindenberg S.A., conforme detalhado na nota explicativa 3. Em outubro de 2025 foi efetuado o pagamento de R\$101.881

em moeda corrente nacional, com as devidas retenções tributárias, sendo integralmente quitados os saldos de mútuo e títulos a receber da referida parte relacionada; **g)** Montante referente a operação de alienação de 50% na participação da Sociedade Tuga Incorporadora Ltda para parceiro no negócio (empresa controlada do grupo Caixa), pelo valor de R\$65.549 a ser recebido a prazo, de acordo com os fluxos de caixa e resultados dos futuros empreendimentos imobiliários a serem desenvolvidos em parceria, conforme descrito na nota explicativa de investimentos 9 (f).

16. PROVISÃO PARA RISCOS E DEMANDAS JUDICIAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia e suas controladas não possuem ativos contingentes com ganhos prováveis passíveis de divulgação. Com base na análise individual de eventuais riscos de natureza tributária, cíveis e trabalhistas a Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas, que totalizaram em 31 de dezembro de 2025 R\$4.486 e R\$6.469 na controladora e consolidado, respectivamente (R\$5.895 e R\$6.849 na controladora e consolidado, respectivamente em 31 de dezembro de 2024). A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais, cuja probabilidade de perda é possível, em 31 de dezembro de 2025 o total era de R\$6.822, sendo R\$40.542 cíveis e R\$6.280 trabalhistas (em 31 de dezembro de 2024 R\$71.380, sendo R\$61.466 cíveis e R\$9.914 trabalhistas).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 o capital social era de R\$4.301.053, dividido em 281.000,000 ações ordinárias sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2024, o capital social era de R\$2.888.997, dividido em 220.989.103 ações ordinárias sem valor nominal). Em Reunião do Conselho de Administração de 04 de dezembro de 2025 foi aprovado o aumento de capital social, dentro do limite autorizado, mediante a capitalização de parte da reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de expansão", aumentando o capital social para R\$4.301.053, um aumento de R\$1.412.056, com a emissão de 60.101,897 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas aos acionistas da Companhia. Os gastos com a oferta pública, com distribuição primária realizada em 27 de setembro de 2019 totalizou R\$40.754, os quais estão classificados como redutor do patrimônio na rubrica "Custos de transação na emissão de ações" de acordo com o pronunciamento técnico CPC 08 (R1). A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 300.000.000 (trezentas milhões) de ações ordinárias, incluídas as ações já emitidas. **b) Reserva de capital:** A reserva de capital decorre do ganho na alienação de ações em tesouraria durante o exercício de 2011 e poderá ser utilizada em observância ao disposto no artigo 200 da Lei 6.404/76 e alterações. Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, o saldo é de R\$38.297. **c) Ágio em transações com sócios:** O saldo refere-se a ágio em transações de alterações de participação societária com sócios, e ganhos na venda de ações em tesouraria. O saldo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é de R\$5.827. **d) Reserva legal:** Essa reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à razão de 5% do lucro líquido do exercício, limitando-se a 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo é de R\$300.271 (em 31 de dezembro de 2024 era de R\$273.520). **e) Reserva de expansão:** Conforme disposto no artigo 25 letra "f" do estatuto da Companhia a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Expansão" terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que permanecer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia. Em 2025 o saldo da reserva foi impactado pela destinação de parte desta reserva para aumento do Capital Social, o saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$532.687 (R\$1.745.286 em 31 de dezembro de 2024). **f) Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo obrigatório, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, até o limite de 10% (dez por cento) do lucro líquido ajustado após o pagamento de R\$6,75/70 do lucro líquido após deduções legais, já pagos aos acionistas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido do exercício	535.012	404.605	535.012	404.605
Reserva legal - 5%	26.751	20.230	26.751	20.230
Dividendos propostos	(308.804)	(96.094)	(308.804)	(96.094)
Dividendos intermediários/intercalares pagos (i)	(308.804)	(66.015)	(308.804)	(66.015)
Dividendos a pagar	(308.804)	(308.804)	(308.804)	(308.804)
Dividendos Extraordinários pagos	-	(150.000)	-	(150.000)
(i) Dos dividendos declarados, o montante de R\$22.349 foram declarados a título de dividendos intercalares, e o montante de R\$286.455 foram declarados a título de dividendos intermediários, ambos imputados aos dividendos obrigatórios referentes ao exercício de 2025. g) Ações em tesouraria: Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia mantém em tesouraria 3.640.973 ações, com efeito das bonificações relacionadas ao aumento de capital social em 2025, somadas ao montante de ações recompradas em 2022, pelo valor de R\$45.181 (em 31 de dezembro de 2024 mantinha 2.863.400 ações, recompradas em 2022, pelo montante de 45.181).				

18. LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

A seguir demonstramos o cálculo do lucro básico e diluído por ação:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido do exercício	535.012	404.605	535.012	404.605
Reserva legal - 5%	26.751	20.230	26.751	20.230
Dividendos propostos	(308.804)	(96.094)	(308.804)	(96.094)
Dividendos intermediários/intercalares pagos (i)	(308.804)	(66.015)	(308.804)	(66.015)
Dividendos a pagar	(308.804)	(308.804)	(308.804)	(308.804)
Dividendos Extraordinários pagos	-	(150.000)	-	(150.000)
(i) Dos dividendos declarados, o montante de R\$22.349 foram declarados a título de dividendos intercalares, e o montante de R\$286.455 foram declarados a título de dividendos intermediários, ambos imputados aos dividendos obrigatórios referentes ao exercício de 2025. g) Ações em tesouraria: Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia mantém em tesouraria 3.640.973 ações, com efeito das bonificações relacionadas ao aumento de capital social em 2025, somadas ao montante de ações recompradas em 2022, pelo valor de R\$45.181 (em 31 de dezembro de 2024 mantinha 2.863.400 ações, recompradas em 2022, pelo montante de 45.181).				

MéTODO DE AÇÕES ORDINÁRIAS EM CIRCULAÇÃO (em milhares)
 Lucro básico e diluído por ação expresso em reais
 A Companhia não possui instrumentos conversíveis em ações, por isso, não há diferenças entre o lucro básico e lucro diluído por ação. As ações em tesouraria não estão no computo do cálculo de lucro por ação.

19. RECEITA LÍQUIDA
 A receita líquida para os exercícios possui a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta:	1.699.781	1.697.503
Receita de locação de imóveis (i)	27.346	23.340
Receita de prestação de serviços prestados	1.727.127	1.720.843
Deduções da receita bruta:	(194.087)	(125.363)
Cancelamento de vendas (ii)	(194.087)	(125.363)
Tributos incidentes sobre vendas incluindo tributos diferidos	(34.218)	(34.939)
Total das deduções da receita bruta	(228.305)	(160.302)
Receita	1.498.824	1.560.541

(i) Valores líquidos dos efeitos de ajuste a valor presente, que totalizou em 31 de dezembro de 2025 R\$4.944 (R\$17.142 em 31 de dezembro de 2024); (ii) Saldo com efeito de provisão de distritos que totalizou em 31 de dezembro de 2025 R\$10.550 (R\$6.385 em 31 de dezembro de 2024).

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados:				
Custo de obra/terrenos	-	-	(822.486)	(982.814)
Encargos financeiros capitalizados	-	-	(37.935)	(2.742)
Despesas com construção	-	-	(15.242)	(15.242)
Total	-	-	(875.663)	(1.027.799)
Despesas gerais:				
Despesas com publicidade e outros	-	-	(69.255)	(41.379)
Comissão de vendas	-	-	(9.435)	(17.803)
Despesas com "stands" e decorado	-	-	(41.486)	(44.815)
Despesas com unidades em estoque	-	-	(17.207)	(16.120)
Total	-	-	(127.383)	(120.117)
Despesas gerais e administrativas:				
Despesas com salários e encargos	(35.117)	(28.365)	(47.671)	(46.836)
Despesas com benefícios a empregados	(12.993)	(10.408)	(15.331)	(16.355)
Despesas de depreciações e amortizações	(4.368)	(4.052)	(5.439)	(5.230)
Despesas com serviços prestados	(31.614)	(26.934)	(42.737)	(35.545)
Despesas com conservação e manutenção de imóveis	(424)	(357)	(526)	(471)
Despesas com taxas e emolumentos	(1.310)	(1.758)	(2.994)	(3.632)
Despesas com licenças e softwares	(7.684)	(5.606)	(7.746)	(6.814)
Demais despesas	(4.292)	(4.770)	(10.084)	(11.092)
Total	(97.802)	(82.250)	(132.528)	(125.975)

21. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

Em 25 de abril de 2025 por meio de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovado o limite de remuneração bruta global anual dos administradores da Companhia no montante de R\$30.000. O montante de despesas a título de remuneração dos administradores em 31 de dezembro de 2025 no consolidado é de R\$19.997, sendo R\$13.835 fixos e R\$6.162 variáveis (R\$18.567, sendo R\$13.735 fixos e R\$4.832 variáveis em 31 de dezembro de 2024).

22. RESULTADO FINANCEIRO

É composto por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas:				

EZ TEC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 08.312.229/0001-73

nas evidências de auditoria obtidas, concluímos que os critérios de reconhecimento de receita adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações individual e consolidada do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. *Auditoria do exercício anterior:* As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 13 de março de 2025, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na CVM e pelos controles internos que ela

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório

de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, ações tomadas para eliminar as ameaças ou as respectivas salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de março de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/0-8
Ribas Gomes Simões
Contador - CRC nº 1 SP 289690/0-0

Deloitte

www.eztec.com.br

IBRA B3

ITAG B3

IBRX100 B3

SMLL B3

IGC B3

IGCT B3

IMOB B3

EZTC
B3 LISTED NM

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 13/03/2026

A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/13/EZTEC1588095513032026.pdf>

Hash: 177334716152901ae7060d4948b03c27510451e49b